

Fundação Margarida Maria Alves completa 15 anos na defesa dos DH



Com um nome já gravado na história da defesa dos Direitos Humanos na Paraíba, a Fundação Margarida Maria Alves chega aos 15 enfrentando desafios, mas também cheia da energia que só as conquistas são capazes de lhe oferecer.

Ao longo desta história, a entidade tem contribuído para a defesa dos Direitos Humanos ao provocar um efeito ousado na Paraíba: tornar acessível o conhecimento do Direito, empoderando lideranças comunitárias e reduzindo o abismo que ainda existe entre a Justiça e povo. Com um trabalho de educação em DH, a entidade fortaleceu associações e outras entidades de representatividade popular, contribuiu na regularização fundiária de comunidades que conviviam com a incerteza de morarem em terrenos ocupados e acompanhou nas cortes internacionais casos de violação em que a resposta da Justiça brasileira não foi satisfatória. Foi assim com a morte da própria Margarida Maria Alves e com Márcia Barbosa. Além disso, a entidade tem contribuído na solidificação da Rede Nacional de



História - Jô e Dom José construíram as bases onde até hoje a Fundação se apóia e atua

Educação Jurídico Popular, que está discutindo a questão do acesso à Justiça nacionalmente.

Mas para conhecer esta história é preciso olhar bem para trás. A semente da flor Margarida Maria Alves nasceu em 1994 e atendia por Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. Tinha a sua frente o Bispo Dom José Maria Pires que foi um dos grandes incentivadores para a

autonomia do Centro em relação à Arquidiocese. Em 1994 quando já era um botão de Margarida, o centro conquistou sua independência e passou a se chamar Fundação Margarida Maria Alves, uma homenagem à agricultura que morreu em defesa dos trabalhadores rurais. “Por conta do nome, muitas pessoas ligam as atividades da fundação com as de questões rurais. E na verdade a Fundação sempre trabalhou apenas com questões urbanas”, afirma Marcina Coelho a assistente social da Instituição.

Desde 1992, Marcina é uma das flores desse jardim e, no início fazia a triagem de quem procurava os serviços da Instituição. “As pessoas procuravam a gente para resolver todos os tipos de problemas, parecia um balcão de direito”, lembra.



Atuação - Parceiros e financiadores tiveram a chance de conhecer o trabalho

Continua na página 3

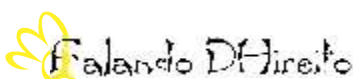
Editorial

A morte brutal de oito homens está para prescrever. No próximo dia 29 de julho completam-se 12 anos da vergonhosa Chacina do Roger, um dos mais terríveis eventos de violação dos Direitos Humanos na história da Paraíba. E apesar do relatório médico-legal deixar claro que “as sucessivas lesões (observadas nos corpos das vítimas) não mostraram o interesse apenas em ferir ou imobilizar, mas de externar um instinto de crueldade”, a cúpula da PM e o juiz, presentes no local, jamais foram investigados.

Mas nem mesmo os processos abertos deram em alguma lugar. Com tudo pronto para que o caso seja julgado desde 2003, até hoje o processo nunca entrou em pauta. Alguns dos acusados já morreram. Os demais podem ficar para sempre impunes por serem beneficiados pela prescrição do crime.

A Fundação Margarida Maria Alves vê na chacina muito mais do que o descarte de alguns “mal-feitores”, mas um triste episódio de absoluto desrespeito à dignidade humana e de extrema violência por parte de quem deveria ser responsável pela paz e tranquilidade da sociedade: os policiais. E, por isso, espera que este caso não caia no esquecimento para não correr o risco de ser apenas mais um, o perigo que ronda a impunidade.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Aline Oliveira (DRT 1963/PB)
Voluntárias: Andréia Martins,
Inaê Teles e Kalyne Almeida
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1.000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: F&A Gráfica e Editora

Conferências: o que elas têm a ver com a sua cidadania?

Artigo de Cristina Chaves,
Técnica da Pastoral do Menor e membro
do Conselho Curador da Fundação

Conferência, mais uma conferência! Qual o sentido político que esse processo tem na nossa vida? Atualmente podemos traduzi-las em políticas públicas? Muito tem se colocado atualmente sobre o sentido das conferências e sua efetividade em políticas públicas, seja na área de assistência social, criança e adolescente, saúde e políticas que iniciaram suas conferências nos últimos anos, como direitos humanos, educação, segurança pública, juventude, povos indígenas, rurais e outros de igual importância.

As conferências têm um sentido democrático, haja vista que nasceram na efervescência da redemocratização no país, momento de chamar a sociedade a participar da construção de um novo país, onde todos teriam vez e voz. Partiu do princípio do controle social, participação da sociedade na consulta e elaboração de políticas públicas, fiscalização, monitoramento e pressão para que as políticas fossem realmente aplicadas. Uma nova concepção de democracia, que partia de uma ação direta da sociedade nos espaços de decisão, além da representação através do voto.

Devemos recordar que essas propostas que ainda estão latentes foram elaboradas pós ditadura militar, momento de repressão política e refluxo de participação da sociedade, o que remetia a uma carência de participação. Nesse contexto, estabelecemos as conferências e as legitimamos, só nos resta questionar em que isso tem mudado na construção de políticas públicas para a população.

Não é novidade nenhuma a diversidade de interesses que estão envolvidos nos momentos de propulsão de propostas das conferências e que irão refletir em vários segmentos da sociedade. De início, contamos com segmentos diversos da sociedade, temos o setor empresarial, os movimentos populares, ONGs, sindicatos urbanos e rurais, gênero, etnia, orientação sexual, profissionais, ou seja, uma infinidade de grupos com interesses setorializados, há as diferenças regionais e até dentro do próprio estado ou

“Proponho que saiamos das propostas de governo para políticas propriamente ditas, se não as conferências caem no vazio e não têm respaldo.”

município. Além disso, podemos contar com interferência dos grupos políticos de forma a manipular o processo de acordo com seus interesses. Em conjunto com esses elementos, podemos acrescentar conferências com temas e propostas mal formuladas, visões distorcidas da realidade e condução do processo equivocada, o que pode comprometer toda sua construção.

Proponho que os segmentos mais comprometidos com a política (e não só com seu setor) tenham claro o que queremos como política pública, suas diretrizes e que saiamos de propostas de governo para políticas propriamente ditas, se não as conferências caem no vazio e não têm respaldo. Na nossa realidade local, uma diretriz concreta seria a reafirmação da medida sócio educativa municipalizada, reafirmada pela conferência e transformada em resolução pelo conselho estadual de direito, que seria incluída nos orçamentos estadual e municipais para a concretização em políticas públicas. Mas, para isso, se faz necessário a concretude do papel dos conselhos. Não se pode atribuir somente às conferências a responsabilidade de efetivação de políticas públicas. Bem, essa contribuição tem como objetivo reacender a chama da participação considerando os envolvidos.

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na
Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Atuação dos Juristas Populares é fruto da entidade

Projeto beneficia comunidades das três cidades mais atendidas na ação

Para solucionar as demandas deste 'balcão', foi criado em 1999 o curso de Juristas Populares, que tinha o objetivo de formar pessoas capacitadas para serem líderes de suas comunidades e orientar os moradores nas questões jurídicas. No mesmo ano, o projeto foi aprovado pela entidade internacional Cordaid (Organização com sede em Haia, Holanda, sem fins lucrativos e que preza pelo fim da pobreza nos países menos desenvolvidos. Nesses 10 anos do projeto Curso de Formação de Juristas Populares, a Fundação já formou cerca de 150 juristas.

Paralelo ao projeto, a Fundação desenvolve trabalhos com a Rede de Juristas Populares, que é composta por quem é formado pela entidade. O objetivo da Rede é dar continuidade ao que foi aprendido no curso, prezando pelo desenvolvimento de trabalhos sociais dentro da sua área de cobertura. No total, a Rede é responsável por quatro núcleos de Juristas (Bayeux, Santa Rita, Forte Velho e João Pessoa).

Atualmente, o foco destas flores se voltou para o meio ambiente, antenadas com os problemas

enfrentados pelas comunidades mais próximas das ações e muitas vezes colaboradoras do caos ambiental em que vivem. Os Juristas investem em educação através da abordagem dos moradores em locais de grande concentração, como as feiras dos bairros e até da promoção de oficinas de sabão ecológico ou plantio de mudas em matas devastadas.

Apoio - Uma outra espécie rara de flor que passou pela Fundação e deixou sementes, foi a Irmã Mary Josephine, mais conhecida como a Irmã Jô. Foi ela que indicou a Fundação quando uma amiga lhe consultou para fazer a doação de um volume de recursos que permitisse que alguma entidade brasileira adquirisse sua própria sede. Em 2005, a entidade prepara as malas e vai para a casa na rua Irineu Joffily, Centro, local onde está até os dias de hoje, deixando para a história a casa alugada na Avenida 13 de Maio.

Em 2006, encerrado o projeto de Cordaid, a entidade se

mantém com o apoio das agências Cafod e Misereor para dar continuidade com os projetos. Começa, então, a luta pela sustentabilidade, atestada pelo advogado Alexandre Guedes, que fez parte da Instituição durante 13 anos e hoje é um dos membros do Conselho fiscal. "A Fundação é importante no processo de organização dos/as lutadores/as do povo em busca da conquista de políticas públicas estatais de qualidade na Paraíba", acredita.

A Fundação também ganhou a simpatia de estudantes de Direito e Comunicação, que estagiam na entidade. "É uma conquista a participação dos estudantes de Direito porque que muitas vezes eles não se interessam por Direitos Humanos.", afirma Marcina. Hoje em dia, as flores da Instituição estão batalhando por incentivo de fundos nacionais e internacionais para dar continuidade aos projetos. E, mesmo estando em solo urbano, as sementes e flores da instituição seguem brotando com a mesma força da Margarida que lhe batizou.



Juristas celebram dia no Meio Ambiente com Via Sacra e plantio de mudas nativas

O plantio de 56 mudas de espécies nativas da Mata do Xem Xem, em Bayeux, e a tradicional caminhada pelas ruas de Tibiri, em Santa Rita, durante a Via Sacra do Meio Ambiente, marcaram a semana do Meio Ambiente na Rede de Juristas Populares. As duas atividades, promovidas pelos núcleos de Santa Rita e Bayeux, mobilizaram não apenas os Juristas destas regiões, mas também a comunidade, que colocou a mão na massa e o pé na rua. A programação de educação ambiental foi intensificada neste período de junho como uma forma de dar visibilidade ao trabalho que já vem sendo realizado de forma rotineira pela Rede desde 2005 nesta área.

Mesmo com a chuva que caiu forte em Tibiri no dia da Via Sacra (5 de junho), os alunos da escola Machado de Assis eram só festa para apresentarem tudo que prepararam para o dia, acompanhados das turmas das Escolas União e Carlos Chagas. Além dos/as alunos/as que se apresentaram, o núcleo de Juristas se reuniu com a Pastoral Ambiental para panfletar e abordar as pessoas na rua, convidando aos cuidados com o meio ambiente. O grupo caminhou pelas principais ruas do bairro de Tibiri, ao som de muitas músicas que tratam do tema ecologia e exaltam a água como um bem precioso.

A cada parada em frente a uma escola, os/as alunos/as tinham a oportunidade de fazer uma apresentação cultural que refletisse suas preocupações com o meio ambiente. A atividade seguiu até a feira do bairro, onde os feirantes foram convocados a contribuir com a limpeza do local.

Já para Bayeux, o dia (7 de junho) foi de sol, animando os/as Juristas e a comunidade, cada um levando uma muda de palanta nativa para ajudar a recobrir as clareiras abertas

no meio da Mata. Estas clareiras foram identificadas pelos próprios Juristas numa visita guiada pelo local alguns dias antes do plantio. Foi nesta e em outras visitas que eles/as coletaram sementes que, de acordo com técnicas aprendidas no Curso de Viveirismo que o grupo fez pela Universidade Federal da Paraíba, no Campus de Areia, foram preparadas para se tornarem mudas e voltarem para a Mata. Cada Jurista ficou responsável de produzir sua própria muda, mas a maioria delas ficou sob os cuidados do Jurista Popular Francisco Vieira.

Cada muda plantada foi identificada com uma placa, de forma a facilitar o monitoramento posterior. Antes do plantio, os/as Juristas fizeram a limpeza do terreno para evitar que o lixo dificultasse a realização da atividade e prejudicasse os

resultados esperados pelos/as Juristas.

Depois de encerradas as atividades, os/as Juristas já estão se preparando para fazer novas intervenções, já que há outros pontos de clareira na mata para serem replantados e muito trabalho a ser feito em Santa Rita. "Vamos retomar a programação no segundo semestre e fazer o monitoramento do crescimento das pequenas árvores, além de reiniciar o contato com as escolas de Tibiri, para onde queremos levar oficinas de educação ambiental", lembra Cândida Magalhães, técnica da Fundação Margarida Maria Alves, que acompanha a Rede.



Experiência - Crianças e adolescentes observaram o lixo nas ruas de Tibiri

Comunidade Unida encontra fonte de renda no sabão ecológico

Unir o útil ao agradável. Esta é a fórmula que muitas mulheres que vivem na Comunidade Unida, em Bayeux, nas margens da Mata do Xem Xem, estão descobrindo na mágica que transforma óleo de cozinha usado em sabão. E o que parece coisa de alquimista está se transformando em uma forma barata de garantir a higiene das famílias e reduzir consideravelmente a poluição provocada pelo lançamento do óleo no meio ambiente. De quebra, elas ainda vêem diante de si uma oportunidade de negócio, que pode driblar um outro problema crônico entre os moradores, o desemprego.

Tudo começou com a intervenção dos Juristas Populares de Bayeux na comunidade, um efeito do trabalho que já vem sendo realizado de preservação da Mata. Por não contar com nenhum tipo de infra-estrutura básica e não conhecerem o mínimo das técnicas propostas pela educação ambiental, os moradores acabaram se tornando os principais agressores da reserva ambiental, já que nela jogam muito lixo e dela tiram muita lenha de forma irregular.

A Comunidade Unida é formada por 60 famílias provenientes de assentamentos que viram naquela localidade a esperança de uma vida melhor. O maior problema que eles/as enfrentam é a falta de saneamento básico, inviabilizado por conta dos dutos de gás que passam por baixo das casas. E como não há coleta de lixo na região, a mata do Xem-Xem serve, atualmente, de lixão para os moradores.

Ao observar a imensa carência da comunidade, os Juristas perceberam que poderiam levar um pouco de seus conhecimentos para os moradores e, a partir daí, nasceu a ideia de uma oficina de sabão ecológico para aproveitar os restos de óleo que saíam das cozinhas improvisadas direto para o solo. Os resultados já podem ser vistos na auto estima e motivação de quem mora na Comunidade Unida.



Oficina - Mulheres aprenderam a produzir sabão a partir de óleo usado

Um levantamento promovido pela Rede e realizado por uma Jurista e uma moradora dão conta de uma parte dos problemas enfrentados na comunidade. Dos 191 moradores, apenas 50 estão trabalhando, a maioria em sub empregos sem carteira assinada. Dos 89 jovens, adolescentes e crianças que moram no local, apenas 50 estão estudando. Apenas um morador chegou ao ensino superior - os demais que estudam sequer completaram o ensino fundamental.

A equipe da Fundação fez uma visita in loco para ver de perto os resultados deste trabalho da Rede. Às três horas da tarde, com o sol a pino, Dona Mirlene Candoia exibe orgulhosa o tabuleiro com sabão a base de óleo que ela mesma fez durante a oficina realizada uma semana antes pela Rede. "A senhora pode colocar a cor que quiser e o cheiro também, se a pessoa não souber pode até comer achando que é doce de leite", afirma sorridente dona Mirlene, satisfeita com o resultado do seu trabalho.

Um litro de óleo contamina 1 milhão de água

O óleo de cozinha já utilizado é um resíduo que provoca grande impacto no meio ambiente, e em grande parte das cidades brasileiras não existe uma forma adequada para descartar esse material. E como cada litro de óleo de cozinha despejado na pia é capaz de contaminar um milhão de litros de água, é preciso pensar em formas mais eficazes de evitar que ele siga o destino do ralo.

Além do prejuízo na qualidade da água, os efeitos do óleo descartado da forma tradicional vão além: ele entope encanamentos, provoca graves problemas de higiene e mau cheiro, dificulta a entrada de luz e a oxigenação no esgoto, comprometendo a base da cadeia alimentar aquática, causa a impermeabilização do solo e

contribui para o aumento do número de enchentes.

Os Juristas Populares estão ensinando várias comunidades a fazer o sabão ecológico. Além da Comunidade Unida, eles já passaram pelo bairro do Mutirão, também em Bayeux, e em Forte Velho, Santa Rita. Para contribuir com projetos que reciclam óleo, é preciso guardar o produto em uma garrafa Pet, sem que seja necessário coar, e encaminhá-las até um ponto de coleta próximo de sua casa.

A internet disponibiliza várias receitas para produzir sabão ecológico, que leva, além do óleo já coado, ingredientes simples como água fervente, amaciante e soda cáustica em escamas, que exige bastante cuidado no manuseio, já que pode provocar queimaduras.

Nova diretoria da Fundação é eleita para dois anos e encara o desafio da sustentabilidade dos projetos

Por Andréia Martins

Especial para o Falando DHireito

No ano de seu 15º aniversário, a Fundação elegeu, no último dia 25 de março, os novos componentes do seu Conselho Curador e da sua Diretoria para o biênio 2009-2011, indicando o representante do Movimento Paraibano de Defesa da Criança e do Adolescente (MPDCA), Ricardo Brindeiro, como seu novo presidente. Junto com o Conselho Fiscal, estes órgãos compõem as instâncias que regem o funcionamento da entidade. Compostas por representações de outras Organizações Não-Governamentais, da Arquidiocese da Paraíba, do Colégio de Consultores e Pastoris, tanto o Conselho Curador quanto a Diretoria são vitais para a permanência do trabalho desenvolvido pela entidade. A Diretoria é eleita dentro do Conselho Curador e constitui Presidência e Vice-Presidência, que encaram nesta gestão, junto com a equipe, o desafio de garantir a sustentabilidade e o funcionamento dos projetos desenvolvidos na entidade.

As demais entidades que compõem o Conselho Curador têm seus Representantes convocados para Reuniões Ordinárias Trimestrais, onde são discutidos o andamento da Fundação e dos projetos desenvolvidos. Toda a atuação da Fundação é, primeiramente, apresentada ao Conselho Curador, que, após deliberação, aprova ou não quaisquer iniciativas, como reza o Artigo 6º do Estatuto Vigente. Após o mandato duplo de Maria do Socorro Targino Praxedes e de Haroldo Serrano de Andrade, que ficaram à frente da entidade de 2005 até este ano, Ricardo Brindeiro divide agora a diretoria com Maria da Conceição da Silva, costureira integrante do Grupo Flor Mulher, na nova gestão.

As entidades componentes do Conselho Curador da Fundação Margarida Maria Alves e seus respectivos Representantes (Titular e Suplente) são: PARA'IWA – Coletivo de Assessoria e

Documentação (Maria do Socorro Targino Praxedes e Saulo Farias de Vasconcelos); Arquidiocese da Paraíba (Diácono Iran Alves Soares e Dr. Newton Marcelo Paulino de Lima); Casa Pequeno Davi (Cláudia Maria Costa de Lima e Dimas Gomes da Silva); Casa da Mulher Renasce Companheiras (Maria Valdenice da Silva Silvino e Roseane Barreto Silva de Souza); Pastoral Operária (Sebastiana Andrade Fidélis e Antônio Gomes da Silva); Pastoral do Menor (Cristina Chaves de Oliveira); Pastoral Familiar (Haroldo Serrano de Andrade); Grupo Flor Mulher (Maria da Conceição Silva e Maria Inês da Silva); Movimento Paraibano de Defesa da Criança e do Adolescente (Ricardo Brindeiro e Josiana Francisca da Silva); Representantes do Corpo Técnico da Fundação (Cândida Moreira Magalhães, José Marcos Salgueiro, Maria das Graças Duarte, e na suplência, Anna Izabella Chaves Alves, Andréia de Sousa Martins e Aline Oliveira de Lima).

Direito Humano à Comunicação ganha conferência específica e entidades já se mobilizam em torno de propostas para o setor

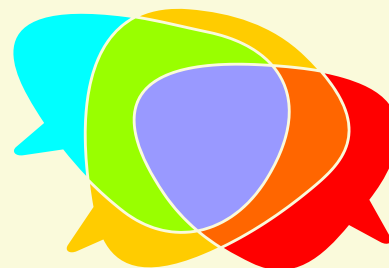
Depois de anos de espera, foi publicado no dia 20 de abril o decreto que oficialmente convoca a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). A publicação foi comemorada pelas entidades, redes, fóruns e articulações que formam o conjunto do movimento pelo direito à comunicação, que desde então intensificou suas mobilizações para percorrer o caminho até lá.

A comissão organizadora já começou a se reunir para definir as “regras do jogo”. Além dos integrantes do poder público, participam da Comissão Organizadora oito representantes dos empresários e oito dos

movimentos pela democratização da comunicação. A correlação de forças não é considerada das melhores e por isso exige muita preparação. Alguns desafios são urgentes: a mobilização e a preparação das conferências municipais e estaduais, a interiorização do debate, a articulação para que temas de interesse local sejam pautados nas discussões nacionais.

Uma das primeiras quedas de braço foi a redução em 80% do recurso disponível para a Conferência (de R\$ 8,2 milhões para R\$ 1,6 milhão). A medida ainda está sendo contestada pelas entidades junto ao

Ministério do Planejamento com a justificativa de que o corte pode gerar o esvaziamento das discussões. As informações sobre o andamento das discussões estão disponíveis no site da Comissão Nacional, no www.proconferencia.org.br.





Avanço - Rede Nacional quer promover uma ação mais articulada e retomar discussões anteriores

Entidades de oito estados se reúnem na PB para discutir o acesso à Justiça no Brasil

Abrir as portas do Poder Judiciário para a população menos favorecida. Este é o desafio que vai nortear as discussões de representantes de Organizações da Sociedade Civil de todo o Brasil, que se reúnem nos próximos dias 19 e 20 de setembro em João Pessoa. A oportunidade vai acontecer no 2º Encontro Nacional de Experiências em Formação Jurídico Popular, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves com o apoio da agência alemã Misereor, e que deve reunir cerca de 60 pessoas vindas de pelo menos oito estados brasileiros. A proposta é discutir o papel destas experiências na democratização do acesso ao direito, de forma a garantir que a Justiça esteja ao alcance de qualquer cidadão.

O evento acontece no rastro de uma série de cinco encontros que se iniciaram em 2005, com o 1º Encontro Regional, na Paraíba, mas que também passaram pela Bahia, com dois workshops promovidos pelo Gapa com o mesmo objetivo. A proposta era articular entidades promotoras destes projetos de formação jurídico popular e seus públicos para que, juntos, pudessem fortalecer uma ação articulada.

Como resultado, foi criada a Rede Nacional de Formação Jurídico Popular, que tem discutido a questão da profissionalização deste público e a criação de possíveis agentes populares de direito.

Mas no evento que acontece em setembro, a Rede quer dar um passo mais ousado: começar a articular uma ação em conjunto, interligando entidades de todas as regiões – no 2º Encontro Regional, realizado em 2008, nove estados dos quatro cantos do país e mais o Distrito Federal marcaram presença. “Acredito que o acesso à justiça se coloca como um desafio urgente para nós, que trabalhamos tentando desmistificar o Direito e tentando fazer com que a informação chegue ao maior número possível de pessoas”, justifica a técnica da Fundação, Cândida Magalhães.

O tema já permeava as discussões iniciadas no 1º Encontro Nacional, em 2006, quando o juiz pernambucano João Eudes França, que participou da mesa de abertura do evento, defendeu que o serviço judiciário deveria ser um encargo do Executivo. “A Defensoria Pública, que deveria ser, a rigor, a única instituição responsável pela assistência judiciária gratuita, não recebe do Poder Executivo o

tratamento de importância que merece”, declarou, avaliando a justiça gratuita brasileira.

Para o próprio Eudes, as experiências de formação jurídico popular estão dando uma contribuição importante para a redução da distância entre o Judiciário e o povo, principalmente porque utilizam uma linguagem bem mais acessível e menos erudita que o “juridiquês”. Além disso, as pessoas capacitadas por estas entidades, como os Juristas Populares formados pela Fundação, têm uma atuação muito mais voltada para a solução de conflitos, enquanto os operadores formais do Direito são formados para estimulá-los. “O operador do Direito como atividade popular deve ajustar sua atuação à realidade social que vivencia porque o aparelho judicial, por si só, é complicado para o cidadão”, acredita.

A programação do 2º Encontro Nacional vai acontecer no Xênus Hotel, na praia do Cabo Branco e vai envolver debates e trabalhos em grupo. Todos os detalhes da programação e sobre as inscrições estarão disponíveis no site da Fundação, no endereço www.fundacaomargaridaalves.org.br



Dinâmicas - Programação do curso conta com metodologias participativas

Curso de Juristas inicia nova turma em seu décimo ano de projeto

Por Andréia Martins
Especial para o Falando DHireito

A décima turma do Curso de Formação de Juristas Populares da Fundação Margarida Maria Alves compareceu ao Encontro Introdutório com bastante expectativa. Na manhã do dia 14 de março, os 36 novos integrantes foram apresentados à Equipe da Fundação e conheceram um pouco do trabalho que todos desenvolvem para o sucesso do Curso.

As falas mais significativas foram as da então presidenta, Maria do Socorro Targino Praxedes, com uma breve explicação sobre a missão da Fundação dentro da sociedade, e a da Tesoureira e Coordenadora Administrativa, Maria das Graças Duarte, que juntamente ao material inicial, entregou detalhamentos de todos os custos e gastos que a realização do Curso de Juristas Populares envolve. Esta tem sido uma prática recorrente que garante a geração de compromisso entre os cursistas e a própria Fundação, estabelecendo uma relação de transparência e confiança.

A turma deste ano está bastante diferente das turmas anteriores, conforme levantamento das entidades que indicaram os cursistas. Treze são de João Pessoa, sete de Santa Rita e um é de Bayeux; 16 são homens e 20 são mulheres. A faixa etária também ficou bastante ampla: o mais novo tem 17 anos e o mais velho, 60.

Para o décimo ano do curso, algumas mudanças estão ocorrendo. As apostilas estão sendo reformuladas, procurando evidenciar a linguagem do Direito dentro de uma construção mais direta, mas sem perder o caráter explicativo que as consagrou como maiores auxiliares no aprendizado. Estão sendo desenvolvidas estratégias pedagógicas mais atrativas, com o acréscimo de outras atividades práticas além das realizadas anteriormente, como Teatro, Dinâmicas de Grupo, Jogos de Perguntas e Respostas, entre outros. A inserção periódica de filmes na programação dos módulos também será mantida



Recepção - Grupo conheceu entidade

como auxiliar na apreensão dos assuntos abordados. Os cursistas podem esperar outras surpresas no decorrer de 2009, que marca também a comemoração dos 15 anos da Fundação Margarida Maria Alves.

O calendário de atividades também foi construído com atenção diferente em 2009, por causa da grande quantidade de feriados. No entanto, esse cuidado não alterou ou prejudicou o desenvolvimento das atividades, nem diminuiu a carga horária prevista. Esta medida tem como objetivo proporcionar oportunidades ideais para a dedicação ao Curso, que, por ser gratuito e ministrado somente nos finais de semana, enfrenta alguns problemas no tocante às datas comemorativas.

As Oficinas e Módulos que compõem o curso serão ministrados até o dia 8 de novembro; as visitas aos órgãos públicos deverão ocorrer até o dia 29 de outubro. A avaliação Anual deverá acontecer no dia 28 de novembro e a formatura, solenidade especial para a entrega dos certificados de participação, ocorrerá, de acordo com a tradição, no dia 10 de dezembro, data da comemoração dos 61 anos da Declaração Universal dos DH.

Acontece

Julho

4 e 5 - Módulo de Direito Constitucional 2
8 - Aniversário da Fundação
11 e 12 - Encontro Municipal de Juristas Populares de Santa Rita
18 e 19 - Módulo de Organização do Judiciário

Agosto

1 e 2 - Módulo Direito Civil 1
13 - Aniversário de morte de Margarida Alves
22 e 23 - Módulo Direito Civil 2
23 - Debate sobre Violência, no Jardim Veneza



Setembro

26 e 27 - Módulo de Direito Trabalhista e Previdenciário
19 e 20 - Encontro Nacional de Experiências em Educação Jurídico Popular